

- I Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil
raphaelbispo83@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-2703-9397
- II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
zampiroli@ufrj.br
https://orcid.org/0000-0002-3985-237X

Raphael Bispo^I
Oswaldo Zampiroli^{II}

ALÉM DO INDIVIDUALISMO URBANO: MICROPOLÍTICAS DAS FAMÍLIAS E GERAÇÕES NA OBRA DE GILBERTO VELHO

*Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer
aquilo que tinha para dizer
(Calvino, 2007: p.11)*

INTRODUÇÃO¹

Em obituário, Peirano (2012) remonta ao concurso de Gilberto Velho para professor titular de antropologia do Museu Nacional a fim de destacar que, naquele ano de 1992, o antropólogo havia preferido oferecer um relato formal sobre sua carreira, quase “burocrático” e “referenciado ao seu currículo”². Se à época faltou o comum tom memorialístico no ritual de titularidade, podemos identificar ao longo dos anos 2000 artigos nos quais Velho, efetivamente, escreveu avaliações sobre sua própria trajetória através de relatos menos domesticados por uma linguagem distanciada (Velho, 2001, 2002, 2006, 2011, 2012a). Nesses textos, verificamos que as fronteiras entre o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil e seus temas mais candentes à época se misturavam aos interesses de pesquisa e à atuação profissional do autor na esfera pública.

Em artigo publicado no ano de 2001 na revista *Interseções*, o antropólogo apresentava uma parcela de sua trajetória acadêmica: “Desde os meus primeiros trabalhos no final dos anos 60 e início dos 70, defrontei-me com a questão central do papel e importância da família e do parentesco na vida dos indivíduos, redes e grupos de camadas médias que pesquisava” (Velho, 2001: 45). Se prosseguirmos na leitura memorialística que enseja, observamos

o empenho do autor em demarcar seu papel na consolidação de uma nova antropologia brasileira, que emergia ao final dos anos 1960 com a Reforma Universitária (Bomeny, 2015). Velho reafirma no artigo a abordagem que auxiliou a construir décadas antes, por meio justamente das linhas interpretativas que especialistas também costumam conceber como sendo suas colaborações mais proeminentes para o debate sobre família: uma reflexão acerca do advento do individualismo nos contextos urbanos (Scott, 2005; Couto, 2005; Fonseca, 2010; Machado, 2016; Duarte, 2017). O trecho abaixo da referida palestra é síntese desse enfoque:

É certo que a *família tradicional*, entendida como um conjunto de famílias conjugais articuladas por uma ascendência comum e por uma hierarquia constitutiva, perde seu caráter englobador diante da nuclearização associada à ênfase em projetos individuais. A sociedade complexa moderno-contemporânea, tendo as metrópoles como caso limite, é consequência, expressão, produto e produtora de multiplicação de mundos, esferas, níveis e domínios socioculturais (Velho, 2001: 49, grifo do autor).

A reflexão sobre o individualismo e o surgimento de diferentes configurações familiares se refere a um diagnóstico hoje já clássico acerca dos “fundamentos ontológicos das certezas da cultura ocidental” (Duarte, 2012: 6) e como eles se atualizaram em nosso país em termos de valores e representações sobre o Indivíduo. Segundo Fonseca (2010: 128), trata-se de uma maneira propriamente brasileira de lidar com as nuances da ideologia da família moderna. A abordagem foi muito estimulada pelas pesquisas de Velho e interlocutores da Escola do Museu Nacional – como nomeou esta mesma autora o conjunto de pesquisadores desta instituição que se dedicou à linha interpretativa sobre família e individualismo, principalmente nos anos 1970 e 1980.

Porém, como bem rememora Duarte (2012: 2), a epistemologia de Velho é mais “fenomenológica” do que “cosmológica”, não sendo ambas dimensões excludentes entre si. Isso porque o autor privilegiou investigações a partir dos níveis comportamentais e das atitudes dos sujeitos, um interesse pela forma como os eventos são vividos e experimentados pelas pessoas. Sendo assim, este ensaio procura lançar luz sobre as abordagens mais “fenomenológicas” de Velho acerca de família e parentesco entre o início dos anos 1970 e meados dos 1980, nem sempre tão lembradas nos contextos memorialistas de sua obra. O objetivo mais amplo é ir além das interpretações sobre o individualismo urbano e destacar o estudo das *micropolíticas das famílias* desenvolvido pelo autor em seus textos mais etnográficos. Esse conceito nos auxiliará a pensar as vicissitudes das tramas de parentesco e as dinâmicas entre as gerações, realçando as lógicas de poder, moralidades, disputas e alianças que se fazem presentes nessas relações.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa sobre a história da antropologia urbana no Brasil, com ênfase no estudo da trajetória de Velho (Bispo

& Zampiroli, 2020). Podemos afirmar que sua extensa obra acadêmica – produzida ao longo de pouco mais de quarenta anos, de final dos anos 1960 até a data de sua morte, em 2012 – é majoritariamente baseada em dados etnográficos produzidos no contexto de três grandes pesquisas de campo efetuadas por ele mesmo no Rio de Janeiro: duas durante momentos iniciais de sua formação como antropólogo entre os anos de 1969 e 1975; e outra mais posterior, em início dos anos 1980. A primeira etnografia, junto aos moradores de um prédio de conjugados, foi sucedida imediatamente por um segundo trabalho, com segmentos juvenis da elite usuários de drogas. Cerca de dez anos depois, Velho retornaria a esse último lócus a partir dos descendentes de seus interlocutores iniciais. Todos os resultados dessas três pesquisas de campo foram publicados em livros monográficos (Velho, 1973, 1986, 1998), mas os materiais nunca se esgotaram, alimentando outros artigos, obras e ensaios. Em comum a esses escritos, está o fato de Velho ter se dedicado a estudar aquilo que lhe era próximo afetivamente, isto é, o bairro em que vivia, o prédio onde residia, seus amigos de camadas médias, suas relações interpessoais, etc³.

Foi quando nos debruçamos sobre tais trabalhos eminentemente etnográficos que constatamos a possibilidade de pensar os debates sobre família e geração ensejados por Velho para além do tópico mais “cosmológico” do individualismo urbano. Assim, este ensaio estrutura-se da seguinte forma. Na primeira parte, apresentaremos as colaborações mais *mainstream* do autor e as situaremos no contexto da Escola do Museu Nacional. Em seguida, enveredaremos nas minúcias presentes nos livros *A Utopia Urbana* (1973), *Nobres e Anjos* (1998 [1975]) e *Subjetividade e Sociedade* (1986) a fim de estimular uma reflexão sobre as *micropolíticas das famílias*, que são recorrentes nas análises de Velho, mas nem sempre tão lembradas assim na contemporaneidade.

A ESCOLA DO MUSEU NACIONAL

Mas qual seria essa abordagem típica de Velho sobre o tema? Tanto o autor quanto a corrente a qual Fonseca (2010: 129) nomeou de Escola do Museu Nacional estimularam uma análise das transformações nos valores da sociedade brasileira, tendo as consequências da “modernidade” como referência básica. A proposta mais geral da Escola era captar nuances nas tramas familiares provocadas pelas mudanças talhadas pelo processo de urbanização de meados do século XX (Scott, 2005; Fonseca, 2010).

Não se trata de estudiosos dedicados exclusivamente à questão da família, mas ao longo dos tempos o assunto tornou-se tópico fundamental do ponto de vista etnográfico, a fim de que tais transformações em nossa sociedade pudessem ser melhor identificadas. Encara-se aqui a ideia de Escola menos como instância de mestres e discípulos aplicando teorias e métodos semelhantes, e mais como uma heterogênea rede de intelectuais com uma

agenda temática em comum e que, em um determinado período, principalmente nos anos 1970 e 1980, tiveram o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, como epicentro privilegiado para interlocuções sobre o tema da família.

O tópico do individualismo emergiu nessa linhagem como um elemento capaz de melhor situar as modificações nas vivências mais imediatas das famílias urbanas, tendo a obra de Georg Simmel e Louis Dumont como inspirações imediatas. Segundo Salem (1986: 28), não há consenso absoluto entre os membros da Escola quanto ao modo de conceber a questão do individualismo. Para ela, o tema seria trabalhado a partir de dois planos, não excludentes entre si: ora fazendo uma alusão a um fenômeno historicamente localizado; ora emergindo enquanto um valor moral central para a consolidação de uma cosmologia e noção de pessoa tidas como “modernas”. Ainda seguindo Salem (1986: 28), o advento do individualismo garantiu a amplificação de dois princípios estruturantes à sociedade brasileira, segundo os intérpretes da Escola: (1) o indivíduo agente empírico é alçado à categoria de sujeito moral e psicológico, pensado como um ser liberto de redes mais amplas e dotado de singularidade e unicidade, logo, uma ideologia do indivíduo; (2) os grupos também se destacam de instâncias mais abrangentes, sendo a família um desses segmentos autonomizados do todo pelo individualismo, algo que a consolidou um *locus* analítico por excelência do fenômeno no Brasil.

Os centros citadinos se tornaram espaços privilegiados de eclosão dos ideários individualistas, uma vez que a heterogeneidade metropolitana é tradicionalmente vista por essa bibliografia como os contextos de surgimento do “sujeito moderno”, já que encontraríamos nas cidades uma tendência à impessoalidade, ao distanciamento social, ao anonimato e à fragmentação de papéis (Velho, 2000). O Rio de Janeiro foi o palco etnográfico para captar tal ideário no Brasil, tendo em vista a nascente antropologia urbana carioca que se desenhava com a ajuda de Velho no Museu Nacional (Bispo & Zampiroli, 2020). Cidades de interior também serviram para situar geograficamente “dimensões totalizantes e individualizantes” em sistemas de parentesco país afora (Abreu Filho, 1982), mas o assunto foi recorrentemente interpretado a partir de contrastes entre parcelas de moradores mais pobres e de camadas médias do Rio de Janeiro (no caso, entre “subúrbios” e “zona sul”).

O contraste entre classes adquiriu um peso importante porque foi por meio de variável sociológica comparativa que as cosmologias do individualismo puderam ser matizadas na Escola. Os grupos de classe são identificados não por meros critérios de estratificação socioeconômicos, mas pelos aspectos simbólicos e situacionais que os demarcam. Os trabalhos de Duarte (1986, 1987a, 1987b, 1995) observaram essa questão no âmbito das classes populares/trabalhadoras, sendo que seus escritos mais recentes (Duarte & Campos, 2008; Duarte, 2009), procuraram, inclusive, repensar algumas proposições da Esco-

la desenvolvidas nesses anos iniciais, problematizando as configurações dos segmentos populares entranhados hoje pelo *ethos* religioso evangélico, por exemplo. No contexto das famílias de camadas médias, como contraponto aos ideários populares, os trabalhos de Velho (1981, 2000, 2001) ganharam relevância, norteados por muitas pesquisas de orientandos, como as desenvolvidas por Lins de Barros (1981, 1987), Salem (1986, 1989, 2006), Dauster (1988) e Heilborn (2004), para ficarmos com uma parcela de uma primeira geração de pesquisadores formada por Velho.

Nesse sentido, o que as pesquisas da Escola detectaram com relativa ênfase foi, por exemplo, a preeminência de uma visão de mundo relacional e hierárquica nas classes populares, expressa na valorização da família como referência básica para a construção de seus universos simbólicos e na complementariedade e reciprocidade entre os gêneros e as gerações. Envolvidos com o primado da hierarquia, as camadas populares enfatizariam antes totalidades sociais do que unidades individuais (Duarte, 1986, 1995). Tais configurações sugeririam um contraste com a cosmologia das camadas médias, que por sua vez subordinariam o todo às partes, tendo como base os princípios éticos da igualdade, da psicogenicidade e da mudança, bem típicos da ideologia individualista moderna (Velho, 1981, 2001). A clássica oposição de Louis Dumont em torno do holismo/ individualismo serviu como expressão teórica para iluminar esse modelo contrastivo, realçando por meio da comparação os processos de permanências e mudanças que ocorriam nas dinâmicas das classes sociais. Ao lado de Dumont, Velho combinaria Georg Simmel e Alfred Schutz a fim de refletir mais em particular sobre os modelos familiares.

Algumas críticas a essas abordagens foram feitas direta ou indiretamente ao longo dos anos, ao nosso ver, nem sempre dotadas de razão, mas que nunca inibiram o reconhecimento da qualidade das pesquisas desenvolvidas pela Escola por boa parte desses críticos. Seriam elas: (1) uma análise baseada em um dicotômico corte entre classes sociais, pouco destacando continuidades e proximidades de valores, reduzindo assim a complexidade das relações sociais (Vaitsman, 1997; Couto, 2005); (2) uma perspectiva vista como um tanto “evolucionista” e que reafirmaria um lento caminhar no Brasil em direção a um modelo individualista, nuclear e autônomo, confirmando a centralidade da “família conjugal moderna” euro-americana como nosso destino inevitável (Corrêa, 1982; Scott, 2005); (3) uma interpretação “culturalista” das lutas de classe, menos afeita a pensar as desigualdades sociais entre segmentos da população mas, sim, seus estilos de vida, abordagem considerada “apolítica” por ser entendida meramente como “simbólica” (Durham, 1986); (4) por fim, uma questão de cunho epistemológico, por conta de uma suposta reafirmação de diferenças entre pesquisadores – que tenderiam a se classificar como pertencentes aos segmentos “eruditos” – frente aos seus interlocutores, as “tradicionais” classes populares, pouco afeitas ao novo e à mudança (Fonseca, 2010).

Cabe destacar que ao buscarmos problematizar a polaridade entre o modelo individualista e o holista em textos recentes – reconhecendo a pluralidade de trajetórias das famílias populares –, Duarte e Campos (2008: 254) dizem-nos que antes de reificarem as identidades dos sujeitos segundo apenas sua classe social, tais análises da Escola sempre buscaram problematizar as propriedades das posições desses sujeitos em seus grupos envolventes, percebendo suas variações identitárias diante de uma multiplicidade de esferas sociais pela qual eles trafegam. Isto é, na análise das famílias das “camadas médias” ou “populares” sempre se levou em conta a “situação” em que um sujeito se encontrava perante seus pares e redes familiares para pensar mudanças e continuidades em uma sociedade em que o individualismo é hegemônico, mas não dominante.

Assim, raça, gênero, sexualidade, idade, entre outros marcadores, emergiram nesses trabalhos como elementos para a compreensão das dinâmicas de permanência ou transformação nos grupos familiares. Isso porque, ainda segundo Duarte e Campos (2008), é possível identificar ações da ideologia individualista mais em algumas esferas vitais do que em outras, emergindo ou refluindo esse ideário conforme o período do curso da vida do sujeito, da etapa de desenvolvimento da unidade doméstica, de suas experiências conjugais e de orientação sexual ou mesmo conforme a conjuntura histórica. O mesmo Velho, em artigo-memorial mencionado, procurou afastar essas críticas dizendo o seguinte:

Ou seja, não se trata, simplesmente, da substituição de uma escola de valores tradicional, familística, por outra moderna, individualista. Embora exista uma tensão entre ambas, com conflitos frequentes, há também uma constante busca de arranjo e rearrumação em que a valorização de projetos individuais não seja incompatível com um relacionamento significativo com parentes mais próximos (Velho, 2001: 46).

Cabe destacar que a originalidade dessa corrente estimulada por Velho e amplificada pela Escola dialogava com muitas pesquisas desenvolvidas em outros institutos e núcleos. Fonseca (2010) afirma que os cientistas sociais nos anos 1970 e 1980 passaram a investir numa multiplicação analítica das possíveis “variantes” das famílias brasileiras, a fim de darem conta da heterogeneidade de nossa sociedade. O objetivo era fugir da interpretação calçada apenas em um único modelo ideal de família, ora visto como um “tipo fixo” de organização social – como a “família patriarcal” – ora como resquício da “casa-grande”, sinônimo de atraso e ausência de modernidade (Corrêa, 1982: 13).

Por exemplo, muitas “famílias operárias” da São Paulo, indicava Durham (1984), eram constituídas de pessoas oriundas do processo de migração do campo para as metrópoles, em busca de melhores condições de vida. Já entre estudiosos do campesinato (Heredia, 1979), a oposição casa-trabalho

serviu para compreender regras que dão fundamento às relações de parentesco nas “famílias camponesas”, tendo como eixo estruturante a atuação no roçado de sujeitos que se transformavam cada vez mais em “trabalhadores assalariados”, devido à “capitalização” das áreas rurais.

Por sua vez, o protótipo da família pobre desestruturada, as chamadas “famílias chefiadas por mulheres”, foi relativizado por Fonseca (2000) ao demonstrar que a suposta “anomalia” é tão comum quanto a família conjugal idealizada. Scott (2005) relembra a ênfase em algumas pesquisas do período interessadas em investigar as “estratégias de sobrevivência” das “famílias trabalhadoras”, destacando grupos atingidos pelos efeitos da marginalização. Para Corrêa (1984: 36), a “situação da mulher” na sociedade e sua posição na família à época foi na maioria das vezes pensada a partir da inserção dela no mercado de trabalho, algo que teria lançado sombra sobre a possibilidade de descortinar aspectos das questões de gênero nas relações familiares, como a violência doméstica. Tais tradições de estudos dotadas de abordagem “econômico-produtivista” em torno de tipos de famílias, destaca Couto (2005: 208), destoava justamente das ênfases “subjativistas” que a autora percebe nas pesquisas do Museu Nacional. Porém, podemos afirmar que todas se aproximavam, em alguma medida, ao visarem esmiuçar a diversidade de modelos familiares: operária, camponesa, trabalhadora, moderna, patriarcal, holista, chefiada por mulheres, etc.

Assim, o olhar de Velho e da Escola para as classes sociais cariocas a partir do individualismo nos permite observar outras formas de se fazer e interpretar família no Brasil. Porém, foi a atenção “fenomenológica” aos fluxos da vida dos sujeitos dadas pelo autor que nos fez vislumbrar outros caminhos interpretativos desenvolvidos por ele sobre o assunto. Tendo essas linhas gerais esclarecidas, gostaríamos de interpretar a maneira como Velho tratou dos temas da família em suas obras mais etnográficas.

A UTOPIA URBANA: FAMÍLIA E MOBILIDADE

Entendemos por *micropolíticas das famílias*, um interesse de Velho em também desenvolver estudos sobre alteridades familiares, com o propósito de analisar conexões de parentesco e outras modalidades relacionais a elas contíguas. Em sua análise micropolítica, o autor destaca as lógicas de poder, moralidades, conflitos e demarcações de fronteiras que perpassam os relacionamentos familiares, mas também as alianças, trocas e conexões; aquilo que gera as possibilidades de sucesso da ação coletiva parental, de “*doing things together*” – tal como Velho se refere a uma das marcas teóricas que muito o inspirava, oriunda das reflexões de seu parceiro intelectual Howard S. Becker (Velho, 2008: 147).

O conceito de *micropolíticas das famílias* é inspirado nas próprias pistas deixadas por Velho quando se debruçou sobre o papel da juventude no perío-

do da contracultura dos anos 1970. Ele entende como micropolítica uma valorização da chamada “política do cotidiano”, uma atenção aos hábitos em constante negociação no âmbito das sociabilidades, destacando as relações de poder em situações do dia-a-dia (Velho, 1998: 209). Trata-se de uma perspectiva em oposição à “grande política”, que seria uma ênfase nos problemas estruturais da sociedade, presentes à época nas ações de resistência às guerras e aos regimes ditatoriais (Velho, 2007: 208). As vicissitudes das tramas de parentesco e os inter-relacionamentos entre gerações ganharam espaço nas principais monografias de Velho, visto a influência “fenomenológica” oriundas do interacionismo simbólico norte-americano da Escola de Chicago e das análises de redes e “situações sociais” da Escola de Manchester (Bispo & Zampiroli, 2020).

Por conta de uma ênfase dada à etnografia nas três obras selecionadas – e fazendo uma leitura transversal e com olhares contemporâneos sobre elas – foi possível vislumbrar a abordagem micropolítica do autor para o estudo da família. Em alguma medida, tal perspectiva é resultado subsidiário ao diagnóstico em torno do individualismo urbano que marca sua obra. Entretanto, por conta da “experiência próxima” presente na argumentação desses textos etnográficos, nos moldes de Geertz (1997), os agrupamentos familiares neles descritos não são interpretados apenas por conta de uma especificidade que lhes seria representativa (como “família nuclear”, “patriarcal”, “holista”, “individualista”, “moderna”, etc) ou mesmo devido a aproximações e afastamentos desses coletivos frente a um modelo “hegemônico” ou “tradicional” de reconfiguração parental. O tópico das desigualdades de poder e das disjunções interativas presentes nas tramas de parentesco também entraram recorrentemente em cena nessas obras.

A *Utopia Urbana*, de 1973, é entre as monografias selecionadas aquela que mais encaminha indiretamente discussões que remetem aos “tipos familiares” e às consequências do individualismo, nunca apresentadas nessas proposições conceituais ao longo do texto, é importante explicitar. Isso porque, seguindo O’Donnell (2013: 39), trata-se de um livro ainda insuficiente em termos do arsenal teórico-metodológico que seria consagrado por Velho, a quem vemos ao longo das páginas tateando no uso de autores, conceitos e técnicas de pesquisa, por conta da incipiente antropologia urbana do momento. Com bibliografia enxuta, Simmel, Schutz e a Escola de Chicago são ausências que chamam a atenção, tendo em vista a parceria intelectual que Velho desenvolveu com tais personalidades e tradições um pouco mais tarde na carreira.

O autor destaca no livro os efeitos nas relações de parentesco de uma baixa classe média estimulada por projetos de “subir na vida” e morar em Copacabana, área de prestígio no Rio de Janeiro. São pessoas oriundas das regiões empobrecidas da cidade e de outros estados e que passaram a habitar o Estrela, edifício de centenas de conjugados foco da etnografia. O bair-

ro sintetizaria a típica urbanização de meados do século XX fruto do período republicano, se afastando do estilo de vida da aristocracia da casa grande e da burguesia de sobrado (Velho, 1999: 12). O autor sugere, de forma indireta, que a vida em apartamentos reflete o processo de nuclearização das famílias, isto é, a contração das sociabilidades da unidade doméstica no entorno dos pais e seus (poucos) filhos. Desde então, a urbanização e os edifícios como habitação-símbolo da “modernidade” tornaram-se uma linha interpretativa de Velho, encaminhada a partir do eixo argumentativo central de *A Utopia Urbana*.

Cabe realçar que a questão da família não é o foco do trabalho, “seria interessante aprofundar o estudo sobre relações de parentesco em Copacabana” (Velho, 1973: 68), diz. Tal receio deve ser oriundo do manancial bibliográfico referente ao tema e que não é mobilizado por Velho. Todavia, do ponto de vista etnográfico, as relações de parentesco se tornam cruciais no argumento do antropólogo para construir as visões de mundo de seus interlocutores. Dada a predominância de famílias pequenas (“conjugais”, “nucleares” ou “elementares”, como classifica), as famílias extensas são raras e refletem um momento anterior na vida dos habitantes do Estrela. A frequência de contatos com parentes varia conforme a distância geográfica. A população masculina é quem trabalha fora, sendo as mulheres aquelas que mantêm contatos com as redes familiares.

Assim, as relações de parentesco servem a Velho para falar da mobilidade e ascensão social, além da porosidade nas redes sociais de sujeitos que optam por viver em apartamentos diminutos. Estão eles realmente longe das famílias de origem? “Subir de vida” é afastar-se em definitivo dos parentes mais pobres? Eles passam a conhecer novas pessoas? Velho indica que uma das razões da mudança para Copacabana dessa baixa classe média, paradoxalmente, era o desejo de ficar próximo aos familiares. Os laços de parentesco soam importantes aos seus entrevistados, afastando a hipótese do afrouxamento cada vez maior dessas relações por conta da intensificação da nuclearização familiar. “Não parece haver oposição entre aspirações a se levar uma vida ‘moderna’ e a manutenção de laços com parentes para grande parte do universo pesquisado” (Velho, 1973: 68).

Logo, a chegada a um bairro nobre não significa “romper” laços, desmistifica Velho. Família é referência para as representações dessas pessoas e serve a elas para a afirmação de continuidades em um projeto de vida que pode soar desconexo, de afastamento. Os entes familiares são as principais alternativas dos moradores para sociabilidades mais prosaicas, sendo comum a volta destes ao bairro de origem para passeio ou, principalmente, a espera pela visita de parentes à Copacabana. Poucas relações de amizade surgem a partir da chegada ao bairro, sendo fortuitos também os contatos com colegas de trabalho: “a televisão é minha melhor amiga” e “a televisão é o meu marido” (Velho, 1973: 53), são falas que iluminam a indisposição dessas pessoas

ao outro estranho que lhes é próximo, bem como um privilégio aos laços historicamente construídos, mesmo distanciados. “Os habitantes do prédio pouco se dão entre si. Poucas são as pessoas que se cumprimentam nos corredores e elevadores e menos ainda entabulam conversação. A relação entre vizinhos é, de modo geral, tensa, quando não hostil” (Velho, 1973: 43).

Nesse ponto é que cabe um olhar para a micropolítica das famílias nas interpretações de Velho. O autor nos convoca a uma reflexão sobre parentesco para abordar dinâmicas interativas “externas” ao prédio, uma trama relacional que tira os moradores dos isolamentos característicos da vida de apartamentos. Mas Velho analisa relações familiares no contexto de um edifício dotado de marcas específicas, emblema do “caos urbano” que Copacabana teria se tornado ao final dos anos 1960. A “civilização do quarto e sala” repleta de “balanças”, locais “mal frequentados”. Marcado por precariedade material – espaço reduzido, paredes finas, excesso de barulho, desconforto – o Estrela também é referenciado na obra pela aura do estigma, por reunir habitantes de “baixo padrão moral” (Velho, 1973: 34), nos termos nativos, prostitutas, marginais, homossexuais. Em última instância, *A Utopia Urbana* é uma etnografia da heterogeneidade social nas metrópoles e seus problemas de tensão social, já que coexistem ali, interagindo, pessoas com visões de mundo muito discrepantes. Em alguns casos, a boa convivência entre diferentes cede espaço a hierarquias e distanciamentos.

Pensando nas dinâmicas micropolíticas nesse ambiente do Estrela, a quem serve exaltar a família de origem como exclusivo suporte e rede de contato? Parentesco se afirma enquanto uma dinâmica relacional de poder para esta baixa classe média por conta das forças morais que marcam um prédio visto como precário, insalubre, “de má fama”, logo, “pouco familiar”. A identidade dos moradores é talhada por uma categorização desabonadora, vistos como pessoas de posição social inferior por aceitarem “tal forma de morar”. Entre brigas de vizinhos por conta de barulho, roupas molhadas que pingam nas janelas, desentendimentos conjugais e *garçonnières* com festas invadindo a noite adentro, nada como o esteio das relações familiares fazendo frente a um entorno de interações vistas como disruptivas, quase anômicas.

Para além de um tipo familiar, emblema de uma sociedade marcada pelo avanço do individualismo, as relações de parentesco em *A Utopia Urbana* fazem-se tal como redes morais, que se impõem aos olhos dos próprios interlocutores de Velho de maneira majoritariamente positiva. Desmente-se uma inferioridade social dando provas da condição de “pessoa de família”. Na tentativa de engrandecer projetos de mudança e distinção no âmbito de interações estigmatizantes, o simbolismo positivo e moralizante da família é a maneira de preservar fronteiras sociais – algo que a baixa classe média copacabanense acabava por efetuar na obra de Velho sempre quando em contato cotidiano com os pares mais próximos, os “vizinhos indesejáveis”.

NOBRES E ANJOS: FAMÍLIA E ACUSAÇÕES

Nobres e Anjos (1998) é a tese de doutorado de Velho, fruto de pesquisa de campo desenvolvida logo em sequência à *Utopia Urbana* e a uma viagem aos Estados Unidos para especialização na Universidade do Texas, onde entrou em contato com a Escola de Chicago e o interacionismo simbólico. Em outro lugar (Bispo & Zampiroli, 2020), contextualizamos essa obra bem como as razões para sua publicação tardia, uma vez que foi escrita no ano de 1975 e publicada mais de vinte anos depois.

O livro é uma etnografia comparativa entre os “estilos de vida” e “visões de mundo” de dois segmentos juvenis de camadas médias abastadas durante o regime militar. Velho se propõe a contrastar os grupos tipificados por ele de “nobres” e “anjós”. Resumidamente, os primeiros seriam jovens adultos já formados no ensino superior e envolvidos com as artes e atividades “pouco caretas”, desejosos de se apresentarem aos pares enquanto dotados de um gosto cultural distintivo. Os segundos, ainda nos níveis secundaristas de ensino, eram marcados por um estilo esportista e norte-americanizado, valorizando borrar as fronteiras das identidades de gênero e sexuais. Em comum aos dois segmentos, além das questões de classe, estava o uso de substâncias químicas em suas interações grupais, bem como uma aproximação e interesse pelo chamado “mundo psi”, como a Escola do Museu Nacional inúmeras vezes nomeou as áreas de conhecimento e as influências científicas na sociedade ligadas à psicologia, psicanálise e psiquiatria.

O que nos interessa para este artigo é que Velho compara os segmentos que compõem as famílias dos jovens por meio de uma atenção aos conflitos geracionais, algo que permitia a juventude elaborar determinadas sensibilidades sobre si mesma. Mais uma vez, o tema do parentesco não é o cerne da obra, mas é imprescindível para a compreensão dos estilos de vida etnografados. O tópico do desvio – agora explicitamente influenciado pelas trocas intelectuais de Velho com autores norte-americanos, como Becker – abriu espaço para o estudo das transgressões comportamentais, particularmente a partir daquelas que envolviam as dinâmicas da família e geração. Na abordagem micropolítica presente nesta obra, os dramas e ambiguidades que emergem das relações entre pais e filhos são apresentados a partir das consequências subjetivas geradas nesses últimos pelas disputas que vivenciavam no dia-a-dia com os primeiros.

Velho explora etnograficamente as relações diádicas conflitivas presentes no contexto das famílias conjugais – entre pais e filhos, primordialmente –, tendo, é claro, o ponto de vista dos jovens como foco. Logo, as relações intergeracionais são problematizadas pelo autor menos a partir das colaborações e continuidades possíveis entre elas e mais pelas acusações provocadas por estilos de vida adotados pelos jovens e considerados desviantes por seus pais, como o consumo de substâncias ilícitas, a valorização do *live and let live* e a despreocupação com carreiras profissionais mais estáveis, por exemplo.

Era desejo de Velho chamar a atenção para as especificidades das relações familiares das camadas médias na ditadura militar, aspecto esse que diferiria de muitos outros momentos históricos estudados pela literatura antropológica. A “situacionalidade” temporal desses relacionamentos revelam a ruptura e a mudança como valores hegemônicos que movimentavam muitas biografias de jovens do período. Almeida e Eugênio (2007: 63) definem os sentidos das drogas nesse momento da contracultura, dos movimentos hippies e de diversas ditaduras pelo mundo, como substâncias que se tornaram “agentes transformadores do eu” frente a “inimigos” comuns: a família, a escola e o Estado. A proposta era marcar posições e exigir mudanças. O cenário levava a uma ação mais reativa dos jovens, inconciliável com uma vida dita mais “careta”, “familiar” e “profissional”, tornando-se uma “bandeira” a ser levantada por eles.

A família de origem é encarada pelos “nobres” e “anjos” como obstáculo ao desenvolvimento individual, sendo identificada como “reacionária”, “opressora” ou “atrasada” nos depoimentos. Os pais precisavam ser criticados e atacados a todo instante nas interações diárias dos jovens, muitas das vezes por conta dos progenitores serem majoritariamente udenistas e a favor do golpe militar. As divergências políticas eram trazidas para o cenário familiar de modo bastante explícito.

Os conflitos geracionais se refletiam também no medo familiar relacionado à saúde, equilíbrio e normalidade mental, devido ao consumo de substâncias químicas ou ao comportamento político e sexual em desacordo com padrões paternos. Velho acompanhou casos de internação de jovens considerados “rebeldes” por terem desorganizado expectativas familiares devido ao envolvimento com as artes, as drogas e a política. Assim, nesse período histórico brasileiro, as acusações de “drogado” e “subversivo” (Velho, 1978) passavam por variados níveis, desde o mais macro, estatal, da ingerência do governo militar na vida dos sujeitos; a outro mais micro, familiar, que repercutia na tentativa da geração de pessoas mais velhas em exercer algum controle social sobre os mais jovens.

Foram também essas acusações observadas entre seus interlocutores de pesquisa que levaram o autor a uma maior aproximação, a partir de meados dos anos 1970 e durante boa parte dos 1980, com figuras-chave do “mundo psi”, em particular o psicanalista Sérvulo Figueira, com quem produziu eventos, livros e artigos (Figueira & Velho, 1981). Juntos, consolidaram um campo de pesquisa interdisciplinar que envolvia trocas entre núcleos dedicados ao “social” (Museu Nacional e o Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)) com outros mais voltados ao “psi” (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)). Se a dimensão da “doença mental” se colocou como uma questão nativa a partir de *Nobres e Anjos*, para Velho era também imprescindível atuar

nos debates da esfera pública sobre os tratamentos dedicados aos sujeitos vistos como em desequilíbrio mental e emocional. A proposta era desmistificar imaginários arraigados sobre consumo de drogas e mesmo do que seria o comportamento “normal” de um jovem.

O que observamos nesse momento da carreira de Velho é que a dinâmica conflitiva da micropolítica da família em parcelas significativas dos segmentos de camadas médias – verificada pelo autor a partir de pesquisas de campo – foi uma das forças motivadoras que o levaram a uma crítica antropológica propositiva aos saberes psi. Em outros escritos – baseados em dados de *Nobres e Anjos* – o autor nomearia de “teoria das acusações” o seu interesse em compreender o controle social a partir do desencadeamento de situações de impasse e conflito no âmbito familiar provocados pela questão de saúde mental (Velho, 1976, 1978, 1981b). Nesses textos, e seguindo as linhas do Museu Nacional, Velho começaria a interpretar os dados destacando o advento de ideologias individualistas entre os jovens, algo que os faria desejar se contrapor à hierarquia familiar e às expectativas de submissão diante de valores mais holísticos comuns ao parentesco tradicional no Brasil. Como consequência, o individualismo também promoveria situações dramáticas no relacionamento entre as gerações, ocasionando impasses e crises. Deveriam os saberes psi, na visão de Velho, compreender melhor os meandros da “cultura brasileira” antes de qualquer diagnóstico estigmatizante.

Portanto, parece-me, mais uma vez, fundamental relativizar a acusação de doença mental, contextualizando-a dentro de um panorama mais amplo da sociedade e cultura brasileiras. [...] É evidente que a intervenção das instituições psiquiátricas nos casos narrados é, no mínimo, um bom exemplo de voo cego. Ou, pior ainda, pois aceitam, em princípio, uma ‘culpa’ a partir do encaminhamento dado por uma das partes [os pais]. Aceitam como normal e saudável uma definição da realidade, invalidando a dos jovens, tão arbitrária quanto qualquer outra. Mas, para os psiquiatras em pauta, talvez o meu problema seja irrelevante, pois, para eles, existe uma realidade que também não relativizam, empatizando muito mais com a visão de mundo dos pais do que com a dos filhos [...] No entanto, a questão da saúde/ doença mentais e suas relações com família e parentesco conduz inevitavelmente a uma complexificação da abordagem (Velho, 1981b: 87-88).

Logo, de modo geral, as trocas geracionais são pensadas enquanto cliagens entre membros familiares em *Nobres e Anjos*. Entretanto, podemos também observar tais micropolíticas do conflito de maneira mais ambígua no livro, enquanto negociações e ponderações dentro de uma determinada rede de parentesco. Isso se torna claro quando os “nobres” e “anjos” orgulham-se de seus sobrenomes e do lastro histórico de ocupação de seus antepassados nas áreas ricas do Rio. Velho valoriza o enfoque na transmissão moral e material que é feita de uma geração a outra e que está a serviço de uma afirmação das fronteiras simbólicas de classe, principalmente por meio

do prestígio e do status social que o “berço” familiar poderia oferecer. Os jovens orgulhavam-se dos colégios caros estudados, das heranças a serem adquiridas, dos patrimônios que seus pais conseguiram ampliar. Procuravam se afastar das “classes médias medíocres”, de poucas posses e com projetos de ascensão social. Portanto, é por meio dos mesmos parentes inúmeras vezes criticados e acusados, que a juventude da etnografia construiu o seu senso de pertencimento social, localizando-se no topo das hierarquias de prestígio por conta, justamente, dos tão conflitivos laços de parentesco.

SUBJETIVIDADE E SOCIEDADE: FAMÍLIA E AMIZADE

Caminhando para o final deste ensaio, cabe agora abordar o terceiro trabalho etnográfico de Velho, presente na obra *Subjetividade e Sociedade* (1986). O livro é um esforço de compilação dos resultados parciais da pesquisa que o autor vinha realizando com interlocutores ao longo da primeira metade da década de 1980. Aqui, há um tom diferente das demais pesquisas: em *A Utopia Urbana*, a sua principal preocupação estava em entender “tipos familiares” a partir de projetos de mobilidade e ascensão social; em *Nobres e Anjos*, há uma atenção mais latente aos conflitos intergeracionais de jovens com seus pais, por conta do uso recreativo e identitário dos chamados tóxicos. Em sua terceira pesquisa de campo – e mesmo não sendo este o foco mais uma vez – Velho se propõe a pensar as marcas das alianças entre entes familiares e de outras relacionalidades a eles correlatas. Para tal, ele mobiliza muito mais explicitamente boa parte dos autores que caracterizam hoje o panteão de suas referências mais usuais, como Raymond Firth, Wright Mills, Erving Goffman, Louis Dumont, Elizabeth Bott, Georg Simmel e Howard S. Becker. Por meio deles, analisa os desdobramentos e efeitos da “modernidade” e do individualismo em um pequeno grupo de interlocutores, 12 homens e 8 mulheres, entre 30 e 45 anos de idade, da classe média e elite cariocas.

Em contraste com as outras duas obras em tela, nesse livro Velho implica sua subjetividade com mais contundência, na medida em que se pensa como um antropólogo que além de fazer parte do mesmo continente social que pesquisa, passa a mobilizar o próprio *self* como algo que deve ser levado em consideração – tanto em termos de uma possível “interferência” analítica, quanto também pelas possibilidades que o estudo do próximo enseja. Deste modo, neste livro temos Velho se colocando como um “pesquisador-autor”, que se propõe a uma “pesquisa-diálogo” para entender o “sujeito no mundo” (Velho, 1986: 17). Entre seus interlocutores, há amigos, colegas do colégio, antigos vizinhos, parentes, além de muitos dos pesquisados de *Nobres e Anjos*, agora casados e com filhos, que o ajudaram a compor uma análise centralizada na problemática do individualismo, em sua tensão com a sociedade. “Qualquer semelhança com amigos e conhecidos não é mera coincidência” (Velho, 1986: 38).

Como pensar as diferenças individuais ao passo que há traços comuns entre grupos e gerações? É deste lugar que Velho reduplica seu interesse etnográfico e teórico nas famílias para pensar as interações e sociabilidades “positivas” dos seus pesquisados, no sentido daquilo que os fazem desejar estar juntos, ou seja, suas afinidades, gostos e interesses parecidos, capazes de gerar uma “ação coletiva”. Por conseguinte, a ideia de aliança, mais do que conflito e acusação, ajuda Velho nesta obra a perceber as aproximações e distanciamentos que os sujeitos possuem para a formação de grupos, conjugalidades e parcerias de modo geral – alianças estas que aparecem na obra, como signifiante analítico, principalmente sob dois estatutos relacionais que muito mobilizam as ideologias das classes médias à época: o casamento e a amizade.

O casamento passou a ser evocado pelos seus pesquisados numa tensão contrastiva com certa percepção sobre matrimônio presente no senso comum daquele momento histórico. Isto é, ele deveria ser selado por um vínculo marcado pela escolha, pela autonomia e pela liberdade, e não pela obrigação e conveniência. A justaposição desta multiplicidade de percepções sobre o mesmo fenômeno ajuda a ilustrar como Velho sempre privilegiou demonstrar de que forma o olhar antropológico, a partir do nível *biográfico*, consegue captar a coexistência de valores diferentes – até mesmo antagônicos – sobre o mesmo tema, inclusive num mesmo grupo familiar. Ou mais ainda, contradições poderiam habitar o núcleo subjetivo do mesmo indivíduo. Assim dizendo, enquanto haveria o valor-escolha na formação de aliança nos casamentos dessas pessoas, Velho nos revela, por exemplo, que não deixaria de haver também uma influência da família mais ampla na ideia de “fazer gosto” do noivo e da noiva, ideia esta que poderia influenciar positiva ou negativamente na decisão de formação de uma aliança matrimonial.

Pois assim, Velho produz em *Subjetividade e Sociedade* um deslizamento importante do trabalho de Dumont, criando sua marca na Escola do Museu Nacional ao pontuar que era “interessante matizar e procurar perceber como os sistemas podem se interpenetrar, particularmente, repito, quando lidamos com indivíduos específicos” (Velho, 1986: 55). Velho chancela que a abordagem via trajetórias de vida pode acionar descontinuidades incontornáveis nas paisagens e atravessamentos da vida social. Tanto é que a ideia de separação conjugal, que poderia ser analisada pela interpretação do conflito e da interrupção interativa, como em *Nobres e Anjos*, é compreendida pelos pesquisados “desquitados” de Velho a partir da chave analítica da aliança e da continuidade – lembrando o contexto histórico de consolidação da lei do divórcio durante a pesquisa em início dos anos 1980.

Este importante matiz se mostra etnograficamente presente, também, em como as aproximações e afastamentos afetivos com a família de origem dos sujeitos são reativados quando na vida conjugal surgia uma gravidez. O desfazimento da modalidade diádica pela tríade, agora com uma criança em

cena, gerava outros papéis sociais (pai, mãe, vô, tio) que poderiam se desdobrar moralmente (“bom pai”, “mãe exigente”) e promover culpas, solidariedades intragêneros, acusações, diferenciações, fissões, facções, subgrupos, etc. Em suma, Velho traz uma ênfase na fluidez social e nas alternativas contextuais quando estamos em face aos pequenos grupos da *urbe*, que geralmente são tomados teoricamente como homogêneos. À vista disso, o casamento por escolha é pensado como “vanguarda”, na medida em que a separação é uma opção – mesmo que, na mesma marcha, casar-se ainda gerasse a insistência em reproduzir os mesmos valores econômicos, heteronormativos e monogâmicos do dito casamento tradicional.

Do outro lado da moeda da aliança, é a amizade que dinamiza o vínculo em que o valor-escolha poderia ser mobilizado com mais vigor entre os interlocutores de Velho em *Subjetividade e Sociedade*. Na amizade, acende-se ainda mais a autopercepção do indivíduo, pois se aciona os princípios norteadores da liberdade sexual, do segredo, da confiança e, sobretudo, da possibilidade que ela seja desfeita com menores consequências. A amizade aponta também, etnograficamente, para aquilo que Velho chama de “existência de múltiplos domínios”. O autor entende múltiplos domínios como um “grande número de indivíduos, de forma inédita na história da humanidade, diferenciados a partir da divisão social do trabalho, de grupos de status, de origem étnica e regional, de crenças religiosas e de uma longa série de atividades, ocupações e valores” (Velho, 1986: 51). Amizade, assim, produz grupos e, grupos, produzem identidades – por exemplo, tanto na afirmação, “os descolados”, quanto na sua antítese, “os caretas”. É de seu interlocutor Mário que se parte uma ótima síntese desta problemática. Ele diz em conversa com Velho:

Já andei com gente dos tipos mais diferentes. Mas sempre tive um grupo de amigos mais próximos, que confio e gosto muito. Nós nos damos bem e nos entendemos. São pessoas que se respeitam e conhecem o mundo. É o tal negócio, diga-me com quem andas, dir-te-ei quem és. Gosto de andar com pessoas que têm alguma coisa a ver comigo. É mais que leitura, é um tipo de formação, de educação (Velho, 1986: 88).

Assim, nessa obra em específico de Velho, a *micropolítica das famílias* consiste em observar o parentesco a partir de uma perspectiva mais processual, destacando suas relações, variabilidades e interatividades, evitando ao máximo deixar de lado certas diferenças cruciais em prol de uma homogeneização das pessoas em torno de certas fronteiras simbólicas. Velho dá destaque novamente às dinâmicas de uma rede social a partir das vivências das pessoas com seus pais, porém, não se limita a tais relações diádicas, destacando também as interconexões geradas pelos amigos e colegas.

Velho faz isso, portanto, ao adotar uma abordagem menos convencional do parentesco, observando a classe média nesta série de outras trocas sociais que geram modos diferenciados de conexão e reciprocidade, como a amizade.

As reflexões que o autor faz sobre a “amizade colorida” (Velho, 1986: 34) remete a consolidação nesta obra de como outras relacionalidades contíguas ao parentesco servem para o antropólogo pensar as dinâmicas micropolíticas da família. Na “amizade colorida”, estabelece-se relações afetivas e/ou sexuais por um casal de amigos, mas estas não constituem um namoro propriamente dito, tampouco se esgotam em encontros isolados. Logo, a “amizade colorida” não é nem a rigidez do casamento, nem a instabilidade das paqueras fortuitas.

Nesse sentido, como bem nos lembra Rezende (2002), os estudos sobre parentesco marcam a todo instante a importância, centralidade e solidez desses laços para a organização social, construindo uma aura de obrigatoriedade e determinação na forma como são regidas as regras que nos constitui socialmente. Por outro lado, segundo a autora, outras formas de relacionamentos sociais menos compulsórias como a amizade ganhavam pouco destaque nas análises antropológicas, principalmente no contexto dos anos 1970 e 1980, época das pesquisas de campo de Velho. Por ser alocada no domínio do privado da vida e interpretadas como voluntárias e afetivas pelos olhares ocidentais dos pesquisadores – ou seja, da ordem do emocional, do idiossincrático, e, portanto, não socialmente explicável – as relações que envolvem práticas de sociabilidade, trocas íntimas e ajudas mútuas entre amigos muito pouco pareceriam contribuir para as pesquisas antropológicas sobre família. Assim, as descrições etnográficas que Velho nos traz sobre amigos que fazem coisas juntos em *Subjetividade e Sociedade* – para além do fato de serem filhos, netos e irmãos de famílias “nucleares” e “individualistas” das camadas médias do Rio de Janeiro – já nos permitia ampliar outras noções de pessoa, menos substancializadas e alicerçadas nas alianças e descendências do parentesco. As amizades multiplicam os campos de possibilidade de relacionamentos e, conseqüentemente, favorecem o surgimento de novas subjetividades.

Para concluir, pudemos verificar ao longo deste artigo o quanto a contribuição de Gilberto Velho para os estudos de parentesco e família vai além do diagnóstico mais “cosmológico” em torno do advento individualismo no Brasil urbano. É possível também vislumbrar o olhar “fenomenológico” para as alteridades nas tramas *micropolíticas das famílias* em suas três obras mais etnográficas, cada uma delas a partir de três grandes chaves de análise: a mobilidade, o conflito e a aliança. Em *A Utopia Urbana*, além de remeter ao trânsito de classes nas cidades, família é um selo moral em um contexto de estigmas. Em *Nobres e Anjos*, família é o espaço de conflitos e acusações intergeracionais, revelando disputas acerca do que é ou não “normal”. Por fim, em *Subjetividade e Sociedade*, família pode ser também aliança, troca, parceria. Por meio dela é possível pensar também na amizade e em todo um universo relacional que está para além do escopo da consanguinidade e descendência.

Raphael Bispo é doutor em Antropologia pelo Museu Nacional/PPGAS/UFRJ e professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) – Nível 2 do CNPq e coordenador do grupo de pesquisa em Família, Emoções, Gênero e Sexualidade (FEGS) do PPGCSO-ICH-UFJF. Dedicar-se a pesquisas na subárea de Antropologia Urbana, com ênfase nos estudos sobre geração, família, gênero, sexualidade e emoções. É autor de *Rainhas do Rebolado: carreiras artísticas e sensibilidades femininas no mundo televisivo*, publicado pela editora Mauad X.

Oswaldo Zampiroli é mestre e doutor em Antropologia Social no Museu Nacional/PPGAS/UFRJ. Atualmente é pesquisador do Núcleo de Estudos em Corpos, Gênero e Sexualidade (NuSEX) do PPGAS-MN-UFRJ e, também, participa do grupo de pesquisa em Família, Emoções, Gênero e Sexualidade (FEGS) do PPGCSO-ICH-UFJF.

NOTAS

- 1 Este artigo contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brasil) por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) – Nível 2, concedida à Raphael Bispo (processo de número 310245/2021-4). Aproveitamos a oportunidade também para agradecer aos pareceristas anônimos de Sociologia & Antropologia, que muito contribuíram para o resultado final deste artigo.
- 2 No mesmo ano do falecimento de Velho, os editores de *Mana* publicaram o memorial na seção Documenta da revista, como forma de homenageá-lo, antecedido de uma nota biográfica (Velho, 2012b).
- 3 Quando Velho se encontrava nos Estados Unidos para uma especialização em antropologia urbana na Universidade do Texas, no ano de 1971, desenvolveu uma pesquisa exploratória com população de origem açoriana na área metropolitana de Boston. Existem poucos registros de artigos que mencionam o material etnográfico dessa experiência (Velho, 1994; 2010). Em momento oportuno, daremos especial atenção a essa etnografia na trajetória do autor, destoante do modelo *at home* que sempre marcou sua obra.

REFERÊNCIAS

- Abreu Filho, Ovídio de. (1982). Parentesco e Identidade Social. *Anuário Antropológico*, 80, p. 95-118.
- Almeida, Maria Isabel Mendes de & Eugênio, Fernanda. (2007). Paisagens existenciais e alquimias pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às ‘drogas’ no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. In: Almeida, Maria Isabel M. de & Naves, Santuza Cambraia (orgs.). *Por que não?: rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- Bispo, Raphael & Zampiroli, Oswaldo. (2020). Nobres e Anjos, 45 anos depois: Gilberto Velho e a antropologia de urbanas sensibilidades. *Mana*, 26/1, p. 1-30.
- Bomeny, Helena. (2015). O ‘fazedor de redes’: a dimensão institucional da trajetória de Gilberto Velho. In: Castro, Celso & Cordeiro, Graça Índias (orgs.). *Mundos em mediação: ensaios ao encontro de Gilberto Velho*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Calvino, Italo. (2007). *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Couto, Márcia Thereza. (2005). Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. *Revista Antropológicas*, 16/1, p. 197-216.

Carsten, Janet. (2014). A matéria do parentesco. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, 6/2, p. 103-118.

Corrêa, Mariza. (1982). Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: Arantes, Antonio Augusto et al (orgs.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Corrêa, Mariza. (1984). Mulher e política: um debate sobre a literatura recente. *BIB*, 18, p. 27-44.

Dauster, Tania. (1988). Código familiar: uma versão sobre o significado da família em camadas médias urbanas. *Revista Brasileira de Estudos da População*, 5/1, p. 103-125.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (1986). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (1987a). Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In: Lopes, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Proed.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (1987b). Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: Lopes, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Proed.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (1995). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: Ribeiro, Ivete & Ribeiro, Ana Clara Torres. (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (2009). Família, moralidade e religião: tensões contrastivas contemporâneas em busca de um modelo. In: Velho, Gilberto & Duarte, Luiz Fernando Dias. (orgs.). *Gerações, família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Sete Letras.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (2012). Fenomenologia e singularidade: o pensamento de Gilberto Velho. *Academia*

Brasileira de Ciências. Homenagem a Gilberto Velho. Disponível em: https://www.academia.edu/8966959/Fenomenologia_e_singularidade_o_pensamento_de_Gilberto_Velho. Acesso em: 14 mar. 2019.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (2017). O Valor do Valores: Louis Dumont na antropologia contemporânea. *Sociologia e Antropologia*, 7/3, p. 735–772.

Duarte, Luiz Fernando Dias & Gomes, Edlaine de Campos. (2008). *Três Famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: FGV.

Durham, Eunice Ribeiro. (1984). *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva.

Durham, Eunice Ribeiro. (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, Ruth. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra.

Figueira, Sérvulo & Velho, Gilberto. (1981). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus.

Fonseca, Claudia. (2000). *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora Universidade.

Fonseca, Claudia. (2010). Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea. In: Duarte, Luiz Fernando Dias & Martins, Carlos Benedito. (orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS. p. 123-154.

Geertz, Clifford. (1997). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

Heilborn, Maria Luiza. (1993). Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Estudos Feministas*, 1/1, p. 50-82.

Heilborn, Maria Luiza. (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond.

Heredia, Beatriz. (1979). *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lins De Barros, Myriam. (1981). Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: Cavalcanti, Maria Laura, Heilborn, Maria Luiza & Franchetto, Bruna. (orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar. v. 2.

Lins De Barros, Myriam Lins de. (1987). *Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Machado, Lia Zanotta. (2016). Gilberto Velho: subjetividade, reflexão intelectual e crítica política. In: Moura, Cristina Patriota de & Coradini, Lisabete. (orgs.). *Trajetórias antropológicas: encontros com Gilberto Velho*. Natal: EDUFRN.

O'Donnell, Júlia. (2013). Caminhos de uma antropologia urbana: trajetória e projeto nos primeiros escritos de Gilberto Velho. *Anuário Antropológico*, 38/2, p. 37-51.

Peirano, Mariza. (2012). Gilberto. Academia Brasileira de Ciências. Homenagem a Gilberto Velho. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/diversos/gilberto_velho.htm. Acesso em 14 mar. 2019.

Rezende, Claudia Barcellos. (2002). *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV.

Salem, Tânia. (1986). Família em camadas médias: uma perspectiva antropológica. *BIB*, 21, p. 25-39.

Salem, Tânia. (1989). O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3/9, p. 24-37.

Salem, Tânia. (2006). Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. *Mana*, 12/2, p. 419-447.

Scott, Parry. (2005). A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. *Revista Antropológicas*, 16/1, p. 217-242.

Vaitsman, Jeni. (1997). Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Estudos Feministas*, 5/2, p. 303-320.

Velho, Gilberto. (1973). *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Velho, Gilberto. (1976). Acusations, social mobility and deviant behavior. *Social Problems*, 23/3, p. 268-275.

Velho, Gilberto. (1978). Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: Figueira, Sérvulo. (org.). *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro: Campus.

Velho, Gilberto. (1981a). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Velho, Gilberto. (1981b). Parentesco, individualismo e acusações. In: Figueira, Sérvulo & Velho, Gilberto (orgs.). *Família, Psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus.
- Velho, Gilberto. (1986). *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Velho, Gilberto. (1994). *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Velho, Gilberto. (1998). *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV.
- Velho, Gilberto. (1999). Os mundos de Copacabana. In: Velho, Gilberto. (org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Velho, Gilberto. (2000). Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, 13, p. 15-29.
- Velho, Gilberto. (2001). Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 3/2, p. 45-52.
- Velho, Gilberto. (2002). Becker, Goffman e a Antropologia no Brasil. *Ilha*, 4/1, p. 5-16.
- Velho, Gilberto. (2006). Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, 12/1, p. 237-248.
- Velho, Gilberto. (2007). Mudança social, universidade e contracultura. In: Almeida, Maria Isabel M. de & Naves, Santuza Cambraia. (orgs.). *Por que não?: rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- Velho, Gilberto. (2008). Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23/68, p. 145-198.
- Velho, Gilberto. (2010). Metrópole, cosmopolitismo e mediação. *Horizontes Antropológicos*, 33, p. 15-23.
- Velho, Gilberto. (2011). Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, 17/1, p. 161-185.
- Velho, Gilberto. (2012a). O patrão e as empregadas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, p. 13-30.
- Velho, Gilberto. (2012b.). Memorial. *Mana*, 18/1, p. 179-212.

ALÉM DO INDIVIDUALISMO URBANO: MICROPOLÍTICAS DAS FAMÍLIAS E GERAÇÕES NA OBRA DE GILBERTO VELHO

Resumo

Este trabalho é resultado de pesquisa sobre a história da antropologia urbana no Brasil, com ênfase no estudo da trajetória de Gilberto Velho. Sua extensa obra acadêmica é majoritariamente baseada em dados produzidos a partir de três grandes etnografias no Rio de Janeiro: *A Utopia Urbana*; *Nobres e Anjos* e *Subjetividade e Sociedade*. Neste ensaio buscamos trazer os debates sobre família e geração desenvolvidos pelo autor e interlocutores, que muito contribuíram para os estudos de parentesco por meio do enfoque na temática do individualismo na *urbe*. Tendo como base a ideia de *micropolíticas das famílias*, pretendemos abordar neste artigo outras maneiras encontradas por Velho para pensar as alteridades familiares, dando destaque a lógicas de poder, moralidades, conflitos e fronteiras que perpassavam suas experiências etnográficas, além do realce às dinâmicas interativas que vão além da consanguinidade e descendência, como as alianças e as amizades.

Palavras-chave

Gilberto Velho;
Antropologia urbana;
Família;
Geração;
Individualismo.

BEYOND URBAN INDIVIDUALISM: MICROPOLITICS OF FAMILIES AND GENERATIONS IN THE WORK OF GILBERTO VELHO

Abstract

This work is the result of a research on the history of urban anthropology in Brazil, with emphasis on the study of Gilberto Velho's trajectory. His extensive academic work is mostly based on data produced in three major ethnographies in Rio de Janeiro: *The Urban Utopia*; *Nobles and Angels* and *Subjectivity and Society*. In this essay, we seek to bring the debates on family and generation developed by the author and interlocutors, which greatly contributed to kinship studies focusing on the theme of individualism in the city. Through the idea of micropolitics of families, we intend to address other ways found by Velho to think about family alterities, also highlighting the logics of power, moralities, conflicts, and borders that permeated his ethnographic experiences, as well as emphasizing the interactive dynamics that go beyond consanguinity and descent, such as alliances and friendships.

Keywords

Gilberto Velho;
Urban anthropology;
Family;
Generation;
Individualism.